



PPAG₂₀₂₀

DISCUSSÃO PARTICIPATIVA **2023**

REVISÃO PARA 2022



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

Poder e voz do cidadão



PPAG 2020
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA 2023
REVISÃO PARA 2022

Principais resultados – Monitoramento 2021

RI Teófilo Otoni

Programa 054 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS, CORPOS ARTÍSTICOS E ÓRGÃOS COLEGIADOS

3.682 atividades da Orquestra Filarmônica, Orquestra Sinfônica, Coral Lírico, Cia de Dança, Cine Humberto Mauro, Artes Visuais e Cefart.

5.547.933 visitantes nos equipamentos culturais do Circuito Liberdade (presenciais e virtuais).

35 apresentações musicais realizadas pela Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, sendo que as apresentações online contaram com média de mais de 4.000 visualizações cada.

Programa 056 - FOMENTO, DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO À CULTURA E AO TURISMO

822 municípios mineiros beneficiados pelo ICMS Patrimônio Cultural e ICMS Turismo.

593.220 minutos de programação inédita televisiva e radiofônica veiculada pela Rádio Inconfidência e TV Minas.

220 projetos aprovados anualmente no FEC e na LEIC, sendo 5 projetos do FEC no valor total de R\$242.000,00 e 2 projetos da LEIC no total de R\$364.000,00 para municípios da região de Teófilo Otoni.

Lei Aldir Blanc - RI Teófilo Otoni

Inciso I - 95 beneficiados que receberam R\$ 285.000,00

Inciso III - 507 beneficiados que receberam R\$ 5.851.000,00

Programa 060 - FORMAÇÃO CULTURAL

2.140 inscrições/matriculas no Cefart e escolas e cursos da FAOP.

1.200 pessoas inscritas em 7 **Rodadas virtuais do Patrimônio Cultural** ofertadas pelo IEPHA.

Realização: I Encontro Estadual de Arquivos, VI Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, XIV Encontro Estadual de Museus e I Encontro Estadual de Equipamentos Culturais (ação integrada).

88 inscritos/matriculados em Capacitações Técnicas em Cultura, via Secult, na RI de Teófilo Otoni.

Programa 061 - PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DE ACERVOS CULTURAIS

18 bens/acervos preservados por meio de proteção, conservação ou restauração pelo IEPHA e pela FAOP.

Processo de conclusão e apreciação do dossiê para **Registro da Cozinha Mineira como Patrimônio Cultural Imaterial** de Minas Gerais (CONEP/IEPHA).

160.892 Itens de Bens e/ou Acervos Preservados pela Secult envolvendo ações do APM, da Diretoria de Museus e da Biblioteca Pública Estadual de MG.



PPAG 2020
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA 2023
REVISÃO PARA 2022

Principais alterações – Planejamento 2022

Principais alterações – Planejamento 2022



Metas prevista para 2022:

3.768 atividades da Orquestra Filarmônica, da Orquestra Sinfônica, do Coral Lírico, da Cia de Dança, do Cine Humberto Mauro, Artes Visuais e do CEFART;

9,6 milhões de visitantes (presenciais e virtuais) nos equipamentos culturais do Circuito Liberdade;

485 projetos aprovados no FEC e na LEIC;

Principais alterações – Planejamento 2022



Metas previstas para 2022:

827 municípios contemplados com repasses do ICMS Patrimônio Cultural e ICMS Turismo;

1.802 inscrições/matriculas no Cefart e escolas e cursos da Faop;

66 bens/acervos culturais preservados por meio de proteção, conservação ou restauração pelo Iepha e Faop;

57 edificações com Sistemas de Segurança Contra Intrusão implantados (RI Teófilo Otoni/Chapada do Norte - Igreja N.S. do Rosário, Matriz de Santa Cruz e Capela e Serro - Matriz de São Gonçalo e Igreja N. Sra. dos Prazeres);

5 edificações com Sistemas de Segurança contra Incêndio e Pânico implantados.

Projeto de Lei Descentra Cultura Minas Gerais (PL nº 2.976/21)

- Foi elaborado após extensas discussões com o **Consec** e outros órgãos do estado;
- **Consulta Pública** entre 11/08 a 10/09: 36 pessoas contribuíram com 81 intervenções, sendo 69 propostas e 12 questionamentos/dúvidas;
- PL encontra-se em **tramitação na ALMG**;
- Regionalizar e democratizar o acesso aos bens e serviços da Cultura;
- Descentralização dos recursos e desburocratização;

Projeto de Lei Descentra Cultura Minas Gerais (PL nº 2.976/21)

- Altera a **Lei nº 22.944/2018**, que institui o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual Cultura Viva:
 - Organizações não vinculadas ao estado também poderão destinar recursos para editais especiais, voltados a prioridades do Plano Estadual de Cultura (atualmente, apenas empresas públicas podem ser financiadoras de projetos);
 - Facilitar o acesso de povos e comunidades tradicionais aos mecanismos de fomento;
 - Empresas que optarem por financiar projetos em municípios do interior do estado poderão destinar até 5% do valor devido do ICMS (atualmente esse percentual está limitado a 3%);
 - Possibilidade de redução de contrapartida das empresas ao FEC no caso de os proponentes serem do interior do estado, passando dos atuais 35% para 17,5%;
- Publicação de editais sob a nova legislação: **1º semestre de 2022**.



PPAG 2020
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA 2023
REVISÃO PARA 2022

Obrigado!

lucas.fainblat@secult.mg.gov.br

ASSESSORIA ESTRATÉGICA - SECULT MG